

ESTADO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DEMOCRACIA, DESPOTISMO E “DEMOCRADURA”^{1,2}

Jean-Louis Benoît³
jeanlouis.benoit0612@orange.fr

Tradução: Helena Esser dos Reis⁴ e
Carlos Stuart Coronel Palma Junior⁵

Resumo: Há anos ou décadas, vemos países que estavam em marcha em direção à democracia como a Rússia, a Turquia e mesmo reais democracias como o Brasil, se tornarem verdadeiras democraduras, ou se encaminharem para esse tipo de regime, a Hungria por exemplo, mas igualmente outros países. Os analistas políticos continuam lutando para entender a origem e a natureza desse direcionamento sobre o qual a leitura de Tocqueville ainda fornece um esclarecimento notável, cujas análises mantêm perfeita atualidade; é um grande pensador para os dias atuais que estabelece como, para pensar o surgimento da democracia e os problemas que aparecem a ela, é apropriado partir do estado social democrático.

Palavras-chave: Estado social democrático, democracia, despotismo, democradura.

¹ Recebido: 30-11-2023/ Aceito: 30-11-2023/ Publicado on-line: 15-12-2023.

² Conferência apresentada na XXVII Semana de Filosofia e XXII Semana de Integração Graduação e Pós-Graduação da UFG, em Comemoração dos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFG. O texto original da conferência era em francês.

³ É professor aposentado e pesquisador sobre Tocqueville, com diversas obras publicadas, entre as quais *Tocqueville, notes sur le Coran et autres textes sur les religions* (Bayard, 2007), *Tocqueville* (Perin, 2013), *Dictionnaire Tocqueville* (Nuvis, 2017), *A evolução de Tocqueville sobre o problema da pobreza e do pauperismo*. In: REIS, H. E. (org). *Democracia e Miséria* (Almedina, 2020).

⁴ É professora na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. Pesquisadora do CNPq. E-mail: helenaesser@ufg.br.

⁵ É mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: cscaju@hotmail.com.

I – A problemática tocquevilleana

Há anos, ou mesmo décadas, a democracia está em crise, sobretudo inúmeras das grandes democracias históricas. O caso dos Estados Unidos é extremamente significativo. Quando, em 1º de outubro de 2005, eu apresentei na Livraria Beinecke da Universidade de Yale, meu ensaio sobre *A democracia ao risco de sua armada*, e fui apresentado por Theodor Caplow, presidente fundador da *Tocqueville Society*, professor de sociologia na Universidade da Virgínia que havia redigido um texto notável intitulado *O Leviatã tornando-se crível: uma avaliação do Estado Americano no limiar do século XX*. Nós sabemos que, desde então, a situação da democracia nos Estados Unidos não melhorou.

Do mesmo modo, há anos ou décadas, vemos países que estavam em marcha em direção à democracia como a Rússia, a Turquia e mesmo reais democracias como o Brasil, se tornarem verdadeiras democraduras, ou se encaminharem para esse tipo de regime, a Hungria por exemplo, mas igualmente outros países. Os analistas políticos continuam lutando para entender a origem e a natureza desse direcionamento sobre o qual a leitura de Tocqueville ainda fornece um esclarecimento notável, cujas análises mantêm perfeita atualidade; é um grande pensador para os dias atuais que estabelece como, para pensar o surgimento da democracia e os problemas que aparecem a ela, é apropriado

partir do estado social democrático.

II – O Estado Social democrático para Tocqueville

Para compreender a problemática tocquevilleana é preciso primeiro revisitar o texto absolutamente extraordinário que constitui a introdução da obra *Democracia na América* de 1835 – a primeira *Democracia* –; nele Tocqueville é o analista da democracia moderna, explica o encadeamento histórico ocorrido, particularmente, na França, mas também em outros estados de direito da Europa ocidental, desde o fim das Grandes Invasões:

Se, a partir do século XI, examinarem o que se passa na França de cinquenta em cinquenta anos, ao final de cada um desses períodos, não deixarão de perceber que uma dupla revolução se operou no Estado e na sociedade. O nobre teria descido na escala social, o plebeu nela teria subido; um desce, o outro sobe. Cada meio século os aproxima e em breve eles se encontrarão. (...) (Tocqueville, 1992, p. 6)

Em todo o lado temos visto vários incidentes na vida das pessoas reverterem em benefício da democracia. (...) O desenvolvimento gradual da igualdade de condições é, portanto, um fato providencial, e desse tem suas características principais: é universal, é duradouro, escapa todos os dias ao poder humano; todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. (Tocqueville, 1992, p. 7)

A democracia moderna, portanto, não surge de uma só vez; é o resultado do estabelecimento de um Estado social democrático que é o solo sobre o qual pode crescer. (...) Mas eis que as posições confundem; as barreiras elevadas entre os homens se abaixam; os domínios são divididos, o poder é partilhado, as luzes são espalhadas, as inteligências são igualadas; o estado social torna-se

democrático e o império da democracia é finalmente estabelecido pacificamente nas instituições e nos costumes. (Tocqueville, 1992, p. 10)

Para Tocqueville, a democracia tem relação direta com o estado social, um novo estado social – democrático – que foi instaurado e sobre o qual ela pode ser estabelecida. Introduziu-se assim o conceito de estado social democrático, correspondente à sociedade francesa de 1830. O conceito de *estado social* já tinha sido empregado por Benjamin Constant e Guizot, mas Tocqueville foi o primeiro – com a possível exceção de Bonald, em 1810 – a empregá-lo enquanto estado social democrático, um conceito operacional que ele definiu assim:

O estado social é normalmente o produto de um fato, ou por vezes de leis, mas na maioria das vezes destas duas causas combinadas; contudo, uma vez existente, ele próprio pode ser considerado a causa primeira da maioria das leis, costumes e ideias que regulam a conduta das nações; o que não produz, ele modifica. Para conhecer a legislação e os costumes de um povo, devemos começar por estudar o seu estado social. (Tocqueville, 1992, p. 50)

Na França, antes do final do século XVIII, o sistema, ou o regime político, ainda não era uma democracia, mas os elementos constitutivos da democracia já estavam presentes no estado social democrático do país, às vésperas da Revolução, que se caracteriza por uma equalização de funções e situações. “A França foi

o país onde os homens se tornaram mais semelhantes entre si” (Tocqueville, 1953, cap. 8), enquanto, ao mesmo tempo, “estes homens que eram tão semelhantes estavam mais separados do que nunca, em grupos pequenos estranhos e indiferentes uns aos outros” (Tocqueville, 1953, cap. 9); esta era uma contradição que só se resolveria pela Revolução.

O estado social democrático é também mobilidade social, ao contrário da sociedade aristocrática ou de castas, em que os lugares são fixos. E ainda, o estado social democrático é, para Tocqueville, uma condição necessária, mas não suficiente da democracia.

Deste modo, equiparar a democracia e estado social democrático é desajeitado e inapropriado; Tocqueville não poderia ser mais claro a este respeito. Ele certamente afirma, desde o início: “Assim que olhamos para a sociedade civil e política nos Estados Unidos, descobrimos dois grandes fatos que dominam todos os outros e dos quais todo o resto decorre. A democracia constitui o estado social; o dogma da soberania do povo o direito político.” Mas acrescenta, logo a seguir: “Estas duas coisas não são análogas. A democracia é uma maneira de ser da sociedade. A soberania do povo, uma forma de governo. Nem são inseparáveis, porque a democracia se adapta melhor ao despotismo do que à liberdade” (Tocqueville, *Manuscrit de Yale*. In: Lamberti, 1983, p 33).

Mas essas *duas coisas* são correlatas. A soberania do povo é sempre mais ou menos uma ficção onde a democracia não está estabelecida.

III – Do estado social democrático à democracia

O estado social democrático coloca a sociedade no caminho para um sistema ou regime democrático que pode se instaurar, ou não, sob a forma de uma monarquia constitucional (as democracias mais bem estabelecidas hoje na Europa são as monarquias constitucionais dos países do Norte) ou de uma República⁶. A transição ao regime democrático supõe necessariamente a saída de um sistema de castas. Tocqueville contrapõe continuamente, na segunda *Democracia*, 1840, a sociedade aristocrática e a sociedade democrática.

Para ele a democracia moderna estava nascendo, Hegel diz com precisão: *a coruja de Minerva só voa ao entardecer*. Ela já existia nos Estados Unidos, contudo Tocqueville afirma que em Atenas e nas Repúblicas Italianas do Renascimento não se tratava de democracias tal como a democracia moderna que estava gradualmente se estabelecendo na Europa ocidental; mesmo que ela já existisse, globalmente, quando ele escrevia. A democracia é forjada pouco a pouco, ele percebe o

⁶ As Repúblicas não são necessariamente democráticas, por exemplo, Portugal de Salazar.

início de seu nascimento setecentos anos antes, no século XI com o desenvolvimento das cidades medievais após o fim das Grandes Invasões, da ascensão do comércio, da reunião das assembleias de aldeia, da ascensão do poder das cidades com Campanário e a eleição de vereadores ou capitólios, da reunião dos Estados gerais...

A democracia supõe:

- O sufrágio universal;
- A garantia dos direitos humanos, *habeas corpus*;
- A liberdade de imprensa;
- As associações (a ciência-mãe das democracias e arbítrio contra o Estado-Total);
- A existência de corpos intermediários;
- A separação de poderes;
- A saída da sociedade de castas;
- A igualdade de condições;
- A mobilidade social;
- O poder pertence aos cidadãos e, normalmente, a democracia começa de baixo para cima;
- Ela repousa sobre um princípio: na virtude e, acima de tudo, na moralidade cívica;
- Finalmente, para Tocqueville, assim como para Jefferson, a separação entre religião e política.

A democracia é, portanto, um regime exigente e frágil, do qual um dos resultados naturais é o despotismo.

A transição do estado social democrático para um regime democrático permite que os indivíduos tenham acesso à cidadania ativa, mas isso requer virtude e coragem cívicas; exige também que os cidadãos não sacrifiquem a liberdade pela igualdade. No entanto, acontece na história que os cidadãos deixem, voluntariamente ou pela força, de serem ativos, sacrificam a liberdade pela tranquilidade e/ou segurança, e procuram a proteção de um Estado forte e garantidor, mesmo que seja liberticida. Retornamos então de um regime democrático para um simples estado social democrático. A igualização das condições e a mobilidade social subsistem – mais ou menos –, a opinião pública continua a existir, mas há aí um retrocesso democrático.

Tudo isto é crucial se quisermos compreender a advertência política e ética que a obra de Tocqueville constitui. Para ele, não havia, para os Estados de direito europeus em 1830, outra alternativa senão a democracia ou o despotismo. A democracia deixa de existir realmente quando sacrifica toda ou parte da liberdade pela igualdade – ou pela segurança –; esta é uma tendência quase natural, que leva diretamente ao despotismo.

IV – Da democracia ao despotismo

Para Tocqueville, a ascensão do Estado social democrático é um processo imparável, na França, nos Estados de direito da Europa ocidental e, hoje de certa forma, em todo o planeta, o que constituiu a espinha dorsal de *O Fim da História* de Fukuyama. E, neste sentido, para Tocqueville a escolha política resume-se agora a uma alternativa muito simples: democracia ou despotismo.

Mas a situação se complica na medida em que a democracia pode conduzir quase naturalmente seja a uma forma de despotismo, despotismo militar, seja à tomada do poder por um regime forte, iliberal e despótico, ou, de uma forma muito mais perversa, a própria democracia pode se tornar despótica.

Falarei aqui, portanto, de despotismo tipo 1, tipo 2 e tipo 3, o *despotismo brando*, na terminologia oximorônica tocquevilliana.

James T. Schleifer ressalta corretamente em *The Making of Tocqueville's Democracy in America* que, para Tocqueville, cada vez que o governo popular é a expressão da vontade do maior número, ele é, qualquer que seja a sua forma, “democrático”; e acrescenta: “Tocqueville estava bem consciente de que a vontade do povo poderia muito bem se acomodar ao despotismo. Para ele, a democracia sempre se inclinava mais facilmente para a tirania do que para a liberdade” (Schleifer,

1980).

No conjunto de seus textos, Tocqueville faz referência à transição da democracia para estes três diferentes tipos de despotismos que são objeto de um consenso. Sendo as duas primeiras formas de despotismo as mais conhecidas, ele não perde tempo apresentando-as detalhadamente.

O despotismo tipo 1 é caracterizado pela tomada do poder por um general vitorioso. Tocqueville apoia-se naturalmente no exemplo histórico mais recente, o de Bonaparte, cujo golpe de Estado de 18 Brumário era esperado, desejado por parte da população. Ele relata o seguinte fato em *L'Ancien Régime et la Révolution*: em 1796, Bonaparte retornou coberto de glória da campanha da Itália e o Diretório acreditou que estava se protegendo dele ao deixá-lo participar da campanha do Egito em 1798. Militarmente a expedição foi um fiasco, marítimo (a derrota naval e a captura de Aboukir pelos ingleses) e terrestre, mas isso não impediu que Bonaparte – que tinha abandonado o seu exército – permanecesse glorificado com as vitórias de Arcole e Rivoli⁷, que lhe permitiram ter sucesso no golpe de

⁷ Tocqueville termina o capítulo consagrado ao 18 Brumário, no *Antigo Regime*, narrando uma anedota que encontrou em Fiévée: “Todo camponês do qual me aproximava nos campos, nas vinhas, nos bosques, me abordava para perguntar se tinha notícias do general Bonaparte e porque não voltava para a França; jamais se informavam sobre o diretório” (Fiévée, 1767-1839 in A.R.R, *Oeuvres Complètes*, Tomo II vol. 2, p. 292).

Estado de 18 Brumário.

É aqui que precisamos entender a natureza do processo que se desenvolve. Os generais que tomam o poder ao simular liberdades, beneficiam-se quase sempre do consenso de grande parte do povo que opta pelo golpe de força de um general vitorioso contra um sistema político-democrático, republicano ou não, que perdeu suas virtudes e, conseqüentemente, sua legitimidade.



François Bouchot: Coup d'État du 18 Brumaire
(Golpe de Estado do 18 Brumário)

Foi em razão do Diretório ter se corrompido e descreditado que Bonaparte teve sucesso no golpe de Estado de 18 Brumário, apesar da absoluta mediocridade dos seus discursos e intervenções. Tocqueville desenvolve essas análises que ficaram subjacentes na *Democracia*, quando escreve na segunda parte de *L'Ancien Régime*, o capítulo: *Como a República estava pronta para receber um mestre*, no qual afirma que: “Os franceses, que amaram, ou melhor, que acreditaram amar a liberdade em 1789, já não a amavam em 99” (Tocqueville, 1953, p. 276).

O despotismo tipo 2 está bastante próximo do primeiro, com o qual se confunde algumas vezes. Tocqueville experimentou isso com o golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte em 2 de dezembro de 1852. A segunda República estava condenada desde o início, pois trouxe à presidência um obsessivo pelo golpe de Estado. Tocqueville tentou tudo o que estava ao seu alcance para evitá-lo, mas no verão de 1852, regressando ao seu círculo eleitoral, em Valognes⁸, constatou com amargura que os camponeses, e mais ainda os burgueses, aguardavam este golpe de Estado.

Os cidadãos queriam um regime forte, o golpe de

⁸ Oeuvres Complètes. Tomo XIV, *Correspondance familiale*; Oeuvres Complètes. Tomo, V. 2, *Correspondance anglaise (avec Nassau Senior)*.

Estado foi obra do Presidente a quem parte do exército deu o seu apoio. Napoleão III o validou imediatamente por um plebiscito em 20 e 21 de dezembro de 1851, onde obteve 97% dos votos.

Estes dois tipos de despotismo são estabelecidos se beneficiando de um consenso muito amplo.



2 de dezembro de 1851 (Gravura anônima)

Tem sido a mesma coisa desde então: Hitler chegou ao poder através de uma eleição, Mussolini, Franco, Stalin chegaram e/ou permaneceram no poder se beneficiando, eles também, de um amplo consenso.

Hoje, as democraduras também se instalam na sequência de um processo democrático, beneficiando-se dos votos da maioria dos cidadãos, na Rússia, na Turquia, no Brasil.

O despotismo tipo 3, ou despotismo brando⁹

Parece que, se o despotismo viesse a se estabelecer nas nações democráticas de nossos dias, teria outras características: seria mais extenso e mais brando, e degradaria os homens sem atormentá-los. (...) Quando penso nas pequenas paixões dos homens de hoje, na maleabilidade de seus costumes, na extensão de suas luzes, na pureza da sua religião, na leveza da sua moral, nos seus hábitos laboriosos e ordenados, na moderação que quase todos mantêm tanto no vício como na virtude, não temo que encontrem tiranos em seus líderes, mas sim tutores. (Tocqueville, 1992, p. 835-836)

O despotismo brando é o que prezamos em nossa sociedade democrática, ele se assenta sobre dois pilares: o individualismo democrático e o panurgismo generalizado da sociedade de massas.

Quero imaginar sob quais traços novos o despotismo poderia se produzir no mundo: vejo uma multidão incontável de homens semelhantes e iguais que se voltam incansavelmente para si mesmos em busca de prazeres pequenos e vulgares, com os quais enchem suas almas. Cada um deles, isolado, é como um estranho ao destino de todos os outros: os seus filhos e os seus amigos particulares constituem para ele toda a espécie humana; quanto aos demais de seus concidadãos, ele está ao lado deles, mas não os vê; ele os toca e não os sente; ele existe apenas em si mesmo e somente para si e, se ainda lhe resta uma família, podemos pelo menos dizer que ele não tem mais pátria.

Acima deles ergue-se um poder imenso e tutelar, que sozinho se encarrega de garantir a sua fruição e zelar pelo seu destino; é absoluto, detalhado, regular, previdente e brando. Assemelhar-se-ia ao poder paterno se, como este, o seu objetivo fosse preparar os homens para a idade viril; mas, ao contrário, ele procura apenas fixá-

⁹ *Da democracia na América* (1840), Quarta Parte, cap. 6.

los irrevogavelmente na infância; ele gosta que os cidadãos se alegrem, desde que pensem apenas em se alegrar. Ele trabalha de bom grado pela felicidade deles; mas ele quer ser o único agente e o único árbitro; ele garante a sua segurança, prevê e garante as suas necessidades, facilita os seus prazeres, conduz seus principais negócios, dirige a sua indústria, regula as suas sucessões, divide as suas heranças; não pode tirar-lhes inteiramente o trabalho de pensar e a dor de viver? (Tocqueville, 1992, p. 836-837)

E Tocqueville já prevê o resultado de um regime político desta natureza, que corresponde exatamente ao que conhecemos hoje: uma desvalorização absoluta da política e do político, dos governos e dos governantes; mas, não dizemos que na democracia temos os governos que merecemos? Tocqueville nos conta à sua maneira:

É, de facto, difícil conceber como homens que renunciaram inteiramente ao hábito de se dirigirem poderiam escolher bem aqueles que deveriam dirigi-los; e não faremos de conta que um governo liberal, enérgico e sábio possa alguma vez provir dos votos de um povo de servos.

Uma constituição que seria republicana na cabeça e ultramônárquica em todas as outras partes sempre me pareceu um monstro efêmero. Os vícios dos governantes e a imbecilidade dos governados não demorariam a provocar a ruína; e o povo, cansado dos seus representantes e de si próprio, criaria instituições mais livres, ou logo voltaria a se estender aos pés de um único mestre. (Tocqueville, 1992, p. 840)

O que é tudo isto senão o caminho que conduz às democraduras que florescem hoje?

V – Do despotismo à democradura

O termo democradura é novo, mas qualifica bem a forma de muitos poderes atuais.

Como e por que passamos da democracia à democradura?

Para Tocqueville, as democracias são regimes frágeis na medida em que devem/deveriam basear-se na virtude, como a República em Montesquieu, e nos cidadãos ativos.

As democracias baseadas nestes valores passam bem e constituem modelos democráticos, em primeiro lugar estão as monarquias constitucionais do Norte da Europa. Por outro lado, muitas das grandes democracias históricas atravessam uma grande crise, pela qual carregam total responsabilidade. Em primeiro lugar, entre elas está a democracia estadunidense, que mencionei brevemente na introdução. Acrescentaria também que o jogo dos Estados Unidos consistiu em desestabilizar regimes progressistas na América Latina através da CIA e da Operação Condor, derrubando o poder vigente em troca de ditaduras militares, Chile, Argentina, Brasil, Uruguai... Isso constitui uma negação absoluta da democracia, bem como o estabelecimento e/ou apoio de déspotas. Apenas um exemplo, mas que esclarece toda a sequência da política estadunidense desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 19 de agosto de 1953, um golpe militar por iniciativa

de Churchill e da CIA demitiu Mossadegh, primeiro-ministro nacionalista e progressista, julgado como rebelde e condenado à morte, mas não executado, e recolocou no trono o Xá do Irã.



Augusto Pinochet, 1973



Argentina, General Videla, 1976



No Brasil, Marechal Castelo Branco, 1964

Noutros lugares, nas democracias liberais, os escândalos financeiros, o nepotismo, a tomada do poder pelas novas aristocracias de Estado, denunciada por Bourdieu, minam a credibilidade das democracias e o próprio jogo político.

As democracias liberais só conseguirão restaurar

a sua imagem após um longo processo de justiça e equidade. Tocqueville, já em 1840, analisou o mecanismo que dirige estas pseudo-democracias que constituem as democraduras.

A própria palavra é muito notável; ela funde democracia e ditadura.

Os líderes destes países são eleitos democraticamente, embora por vezes a natureza democrática da eleição permaneça um pouco problemática, mas às vezes são eleitos por uma maioria muito grande: Putin, Bolsonaro, Herdogan. Vencidas as eleições e fortalecidos pelo o apoio que os levou “democraticamente” ao poder, os dirigentes comportam-se como verdadeiros déspotas, cujo esforço consiste em reduzir, suprimir ou destruir todas as garantias democráticas: corpos intermediários, separação de poderes, independência da justiça, liberdade de imprensa, direitos humanos...

Três democraduras



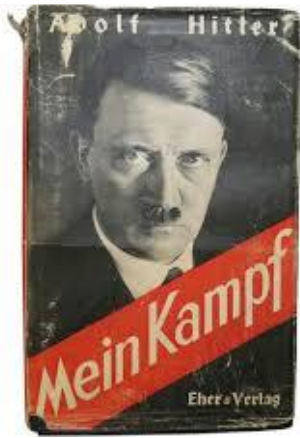
A Rússia de Putin

O Brasil de Bolsonaro

A Turquia de Erdogan

Assim, os cidadãos votam livre e democraticamente para ocultar a democracia e introduzir um regime forte, um despotismo, até mesmo uma ditadura,

ainda que mais tarde digam: “Não queríamos isso!”



Após sua vitória nas eleições, Hitler tornou-se legalmente Chanceler do Reich, em 30 de janeiro de 1933, para fazer o que havia anunciado.

Tudo isso já foi escrito com tanta sagacidade por La Fontaine em sua fábula *As rãs que pedem um rei*:

As Rãs se cansando do estado Democrático,
Por seus clamores tanto fizeram
Que Jupin as submeteu ao poder Monárquico
(...)

Dê-nos, diz este povo, um Rei que se mexa!
O Monarca dos Deuses envia-lhes uma Garça,
Que as morde, que as mata,
Que as engole ao seu gosto;
E as Rãs reclamam,
E Jupin disse a elas: “O quê! seu desejo
às suas leis acredita que nos compromete?
Você deve primeiro
Manter seu Governo;
Mas não tendo feito isso, deveria bastar
Que o seu primeiro Rei fosse bem-humorado e
brando:
Fique satisfeito com isso,
Por medo de encontrar alguém pior.”



Fábula ilustrada por
Benjamin Rabier

VI – O retorno a Tocqueville

As democraduras não podem ser confundidas com outros regimes com os quais possam, no entanto, ter pontos comuns, por exemplo, ditaduras militares, que pressupõem um roubo/violação do poder, os Estados onde o voto não existe, monarquias do Oriente-Médio, a China. Da mesma forma, o regime instaurado na Hungria não é (ainda) uma democradura, embora partilhe muitas das suas características. Em Israel, Netanyahu gostaria de estabelecer uma forma de democradura, mas o país resiste...

Tocqueville já sublinhou todos os excessos que hoje caracterizam as democraduras que atacam as associações, a liberdade de imprensa, a independência da justiça; aqui está o que ele escreve sobre esses excessos teratológicos antidemocráticos nos últimos capítulos da segunda *Democracia*:

Neste (tipo de despotismo), os cidadãos saem da dependência por um momento para indicar o seu senhor, e para lá retornam. (...) (Tocqueville, 1992, p. 838)

Eles se consolam por estarem sob tutela, pensando que eles mesmos escolheram os seus tutores. Cada indivíduo suporta ser amarrado, porque vê que não é um homem nem uma classe, mas o próprio povo, que detém a ponta da cadeia. (...) (Tocqueville, 1992, p. 838)

Em vão se encarregará esses mesmos cidadãos, que foram tornados tão dependentes do poder central, a escolher de tempos em tempos os representantes deste poder; este uso tão importante, mas tão curto e tão raro, do seu livre arbítrio, não os impedirá de perder gradualmente a faculdade de pensar, sentir e agir por si próprios, e

de cair assim gradualmente abaixo do nível da humanidade. (...) (Tocqueville, 1992, p. 839)

Acrescento que em breve se tornarão incapazes de exercer o grande e único privilégio que lhes resta. (...) (Tocqueville, 1992, p. 839)

É, de facto, difícil conceber como homens que renunciaram inteiramente ao hábito de se dirigirem poderiam escolher bem aqueles que deveriam dirigi-los; e não faremos de conta que um governo liberal, enérgico e sábio possa alguma vez provir dos votos de um povo de servos. (...) (Tocqueville, 1992, p. 839)

(A pior constituição é) aquela que, depois de ter concentrado todos os poderes, os deposita nas mãos de um homem ou corpo irresponsável. De todas as diferentes formas que o despotismo democrático poderia assumir, esta seria sem dúvida a pior. (...) (Tocqueville, 1992, p. 389)

Acredito que é mais fácil estabelecer um governo absoluto e despótico em um povo onde as condições são iguais do que em outro, e penso que, se tal governo fosse estabelecido uma vez em um povo assim, não só oprimiria os homens, mas também no longo prazo, retiraria de cada um deles vários dos principais atributos da humanidade. (...) (Tocqueville, 1992, p. 840)

Encontrar garantias

Na primeira *Democracia*, Tocqueville indica claramente as modalidades que permitem manter uma verdadeira democracia evitando o despotismo e a tirania; é preciso que o poder limite o poder e que tenha lugar para cada um dos três poderes institucionais:

Suponhamos, pelo contrário, um corpo legislativo composto de tal forma que represente a maioria sem ser necessariamente escravo das suas paixões; um poder executivo com força própria, um poder judicial independente dos outros dois poderes; você ainda terá um governo democrático, mas quase não haverá chance de tirania. (Tocqueville, 1992, p. 290-291)

É porque a democracia, como Janus, tem uma dupla face, a qual pode ser vil ou grande, tirania ou liberdade; Tocqueville indica os elementos necessários à garantia da verdadeira democracia, do respeito ao lugar deixado às associações, real expressão da democracia; a liberdade de imprensa hoje questionada em vista da força dos grandes grupos que a exploram; a verdadeira independência da justiça e, sobretudo, a defesa absoluta das liberdades individuais posta em causa mesmo nas democracias autoproclamadas, no *Patriot Act*, por exemplo!

A associação é a garantia da liberdade, tanto que a saúde de uma democracia está diretamente ligada à vida real do seu tecido associativo e a partir de agora *em todos os países democráticos, a ciência da associação é a ciência mãe; o progresso de todos os outros depende do progresso desta.* (Tocqueville, 1992, p. 625)

A liberdade é infinitamente mais preciosa nas nações democráticas do que em todas as outras; só ela cura a maioria dos males que a igualdade pode produzir. A igualdade isola e enfraquece os homens; mas a imprensa coloca ao lado de cada um deles uma arma muito poderosa, que os mais fracos e isolados podem usar. (...) a imprensa lhe permite chamar em sua ajuda a todos os seus concidadãos e a todos os seus semelhantes. (...)

A imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade. (Tocqueville, 1992, p. 843-844)

O poder judicial é a garantia da liberdade dos indivíduos. Ainda é a essência do (seu) poder (...) estar constantemente à disposição do mais humilde (dos cidadãos). Este, por mais fraco que se possa supor, pode sempre forçar o juiz a ouvir a sua reclamação e respondê-la: isto se deve à própria constituição do poder judicial. (...) Um poder semelhante é, portanto, especialmente aplicável às

necessidades de liberdade, numa época em que o olho e a mão do soberano se introduzem sem cessar nos mais ínfimos detalhes das ações humanas, e onde os particulares, demasiado fracos para se protegerem, estão demasiado isolados para poder contar com a ajuda dos seus pares. A força dos tribunais sempre foi a maior garantia que se pode oferecer à independência individual, mas isto é especialmente verdade em séculos democráticos; direitos e interesses particulares estão sempre em perigo, se o poder judicial não crescer e se expandir à medida que as condições se tornam iguais. (Tocqueville, 1992, p. 844)

Tocqueville analisou, como vemos, todos os desvios possíveis e previsíveis das democracias que conduzem a esta forma de servidão voluntária que hoje constituem despotismos e democraduras para as quais e nas quais os cidadãos aceitam o questionamento dos direitos individuais e das liberdades, começando obviamente pelos de outros; mas este é o caminho para a servidão que se estabelece por um consenso trágico.

Outro instinto muito natural aos povos democráticos, e muito perigoso, é aquele que os leva a desprezar os direitos individuais e a tê-los em pouca conta. (...) Não há nestes tempos cidadão tão obscuro que não seja muito perigoso deixar oprimir, nem direitos individuais tão sem importância que se possa impunemente deixar à arbitrariedade. (...) O despotismo parece-me algo a ser particularmente temido nos tempos democráticas. (Tocqueville, 1992, p. 845-846)

O fim da História

Claro, isso nos escapa. Durante o século XX, por exemplo, o mundo conheceu a ascensão das piores ditaduras, a renovação da democracia, o regresso do despotismo, um aumento da democratização antes de

conhecer os horrores do fanatismo religioso. A única esperança, modesta, que podemos ter é ver as democraduras e os despotismos transitarem ou reverterem para a democracia, como foi o caso na Grécia, na Argentina, no Chile, no Brasil. Tocqueville nos oferece análises que permanecem perfeitamente atuais e nos indica os meios necessários, mas não suficientes para garantir a verdadeira democracia, evitando os seus desvios monstruosos. O caminho está aberto, mas o futuro é incerto e problemático se não recuperar a sua virtude e os seus valores. Que a conclusão que Tocqueville deu ao seu texto, em 1840, sirva de viático e aprofunde nossa reflexão:

A Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem totalmente escravo. É verdade que traça em torno de cada homem um círculo fatal do qual ele não pode escapar; mas, dentro dos seus vastos limites, o homem é poderoso e livre; o mesmo acontece com os povos.

As nações dos nossos dias não podem garantir que as condições em seu seio não sejam iguais; mas depende deles que a igualdade os conduza à servidão ou à liberdade, ao esclarecimento ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias. (Tocqueville, 1992, p. 853-854)

Résumé: Depuis des années ou des décennies, on a vu des pays en marche vers la démocratie comme la Russie, la Turquie, voire de véritables démocraties comme le Brésil, devenir de véritables démocraties, ou s’acheminer vers ce type de régime, la Hongrie par exemple mais d’autres pays également. Les analystes politiques demeurant bien en peine de comprendre l’origine et la nature de ce cheminement à propos duquel la lecture de Tocqueville fournit pourtant un éclairage remarquable, dont les analyses sont d’une parfaite actualité ; c’est un penseur majeur pour aujourd’hui qui établit comment, pour penser le surgissement de la démocratie et les problèmes qui se posent à elle, il convient de partir de l’état social démocratique.

Mot-clés: État social démocratique, démocratie, despotisme, démocraties.

Website de Jean-Louis Benoît:

<http://www.edi-tocqueville-jlb.fr>

Referências bibliográficas

CAPLOW, Theodor. *Le Leviathan passé au crible: une évaluation de l’État américain au seuil du XXI^e siècle.* *The Tocqueville Review/La revue Tocqueville*, v. XXII, n. 1, p. 13-44, 2001.

LAMBERTI, Jean-Claude. *Tocqueville et les deux démocraties.* Paris: PUF, 1983.

SCHLEIFER, James T. *The Making of Tocqueville's Democracy in America.* University of North Carolina Press, 1980.

TOCQUEVILLE, Alexis. L'Ancien Régime et la Révolution. In: *Oeuvres Complètes*. Tomo V, vol. 2. Paris: Gallimard, 1953.

TOCQUEVILLE, Alexis. Correspondance anglaise. In: *Oeuvres Complètes*. Tomo V, vol. 2. Paris: Gallimard, 1958.

TOCQUEVILLE, Alexis. Correspondance familiale. In: *Oeuvres Complètes*. Tomo XIV. Paris: Gallimard, 1958.

TOCQUEVILLE, Alexis. De la Démocratie en Amérique. In: *Oeuvres*. Tomo 2. Paris: Gallimard, 1992.